



Reflexões sobre mercado de trabalho para cientistas sociais e pressões por mudanças curriculares

*Fabio de Medina Gomes¹
Gustavo Cravo de Azevedo²*

Resumo

O artigo examina propostas de mudanças no currículo da formação de cientistas sociais no Brasil a partir de revisão de literatura. Por questão de método, delimitamos três áreas de atuação dentro das ciências sociais: pesquisa, ensino escolar e outras atuações, indicando os agentes que a constituem, suas especificidades, formas de organização e indicando as lutas concorrenciais nos respectivos campos. Além disso, o artigo examina em subseção específica a trajetória do campo escolar, indicando sua busca por legitimidade e prestígio, relacionando com as mudanças recentes e à expansão recente dos cursos de Ciências Sociais. Ao final, apresentamos uma breve síntese, dentro dos limites deste trabalho, das áreas de atuação profissional e as perspectivas de empregabilidade de cientistas sociais nas áreas de pesquisa, escolar e outras atuações.

Palavras-chave: Cientistas Sociais. Mercado de Trabalho. Profissões.

Reflections on the labor market for social scientists and pressures for curricular changes

Abstract

The article examines proposals for changes in the curriculum of the formation of social scientists in Brazil from a literature review. As a matter of method, we delimit three areas of action within the social sciences: research, school teaching and other activities, indicating the agents that constitute them, their specificities, forms of organization and indicating the competitive struggles in the respective areas. In addition, the article examines in a specific subsection the trajectory of the school field, indicating its search for legitimacy and prestige, relating to recent changes and recent expansion of social science courses. In the end, we present a brief synthesis, within the limits of this research, of the areas of professional performance and the perspectives of employability of social scientists in the research areas, school areas and other activities.

Keywords: Social Scientists. Job Market. Occupations.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFF. E-mail: fabiodemedina@gmail.com.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS) da PUC-Rio. Pesquisador do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LABES/UFRJ). E-mail: gustavo.cravo@hotmail.com.

Introdução

Neste trabalho, abordaremos as tensões entre atores que seguiram as três diferentes trajetórias dentro das Ciências Sociais delimitadas neste trabalho – pesquisa, ensino escolar e outras atuações - e como estas resultam em pressões sobre o currículo de formação dos cientistas sociais. Por questões metodológicas, é importante estabelecer proposta de fronteiras entre as três trajetórias.

Definimos por área de pesquisa aquela que envolve as práticas de um grupo de agentes e atores que estão organicamente circunscritos no universo acadêmico/universitário, constituindo as redes onde os sujeitos atuam desde a formação inicial (bacharelado e licenciatura) e a continuidade de estudos nos programas de pós-graduação, construindo um *ethos* que envolve participação em eventos científicos (congressos, fóruns, reuniões regulares de associações, entre outros), a socialização dos resultados de pesquisas e reflexões publicadas em periódicos especializados e, sob muitos e contraditórios aspectos, o monopólio da produção do conhecimento científico³.

A área de ensino escolar apresenta organização semelhante à acadêmica, exigindo, entretanto, o título de licenciatura para o exercício profissional e inclui a sociologia na escola – discutiremos em subseção específica posteriormente as particularidades deste item. Dentro da área outras atuações, cujo núcleo está em atividades não relacionadas imediatamente à universidade ou à escola, e que será descrita com maiores detalhes no decorrer do texto, seria ainda uma terceira opção de atuação⁴.

O momento de escrita deste trabalho é marcado pelo lançamento da lei nº 13.415/2017⁵, fruto da aprovação da aprovação Medida Provisória (MP) 746/2016⁶, é de incertezas⁷. A reforma do ensino médio não deixa clara, ainda, como ficará a presença da

³ Entendemos monopólio aqui no sentido de buscar a autoridade da produção do conhecimento científico. Principalmente através da pesquisa, mas também de outras maneiras como a extensão, por exemplo.

⁴ Importante salientar que, dado o tamanho e as características próprias da área de atuação escolar, a proposta de pesquisa separou este da área de atuação profissional, por questões também metodológicas, em que pese a fluidez das fronteiras.

⁵ A Lei nº 13.415/2017 está disponível através do link:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaNormas.action?tipo_norma=LEI&numero=013415&data=2017&SUBMIT=Pesquisar>. Acesso em 30/04/2017.

⁶ A Medida Provisória 746 pode ser lida na íntegra através do link:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm>. Acesso em 31/12/2016.

⁷ O golpe parlamentar que causou o impedimento da presidente Dilma Roussef (PT) e levou Michel Temer (PMDB) ao poder traz instabilidade e incertezas de diversos tipos ao país. Recentemente, o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, resolveu denunciar o presidente Michel Temer por corrupção. O fato é inédito no país. Reportagem do Jornal Nacional (O Globo), do dia 27/06/2017, trata do fato com mais detalhes: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/denuncia-contra-temer-apos-delacao-da-jbs-deixa-brasilia-ainda-mais-tensa.html>. Acesso em 07/07/2017.

disciplina Sociologia no ensino médio. Por enquanto, sabemos da revogação da lei que impôs a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias⁸. A lei 13.415/2017, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu 2º parágrafo do artigo 35, afirma que: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia⁹.”

Este artigo apresenta reflexões a partir de ações que vem acontecendo em torno das Ciências Sociais até o momento imediatamente anterior a aprovação da lei 13.415/2017, no qual a conjuntura vinha sendo favorável para a análise proposta neste trabalho. Entre os exemplos disso estão: a aprovação da Lei 11.684/2008¹⁰; a existência de pelo menos uma escola de formação em Ciências Sociais em todos estados da federação; a expansão dos cursos de Ciências Sociais¹¹, com a tendência da expansão da Licenciatura; a criação do curso de graduação Ciências Sociais e do Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)¹²; e o lançamento do livro “O mercado de trabalho e a profissionalização dos sociólogos” pelo sindicalista Lejeune Mirhan¹³, pautando as ambições profissionais.

O processo de ruptura da licenciatura do bacharelado, conhecido como modelo 3+1¹⁴, só se concretiza com a aprovação da lei nacional recolocando a Sociologia no ensino médio, o que gerou uma expectativa de milhares de vagas nas escolas, assim como o dever das universidades de formar esses profissionais. Soma-se a esse fator, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)¹⁵, importante política de expansão do ensino superior público no segundo mandato de Luís Inácio Lula da

⁸ A lei 11.684/2008 está disponível através do link: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11684.htm>. Acesso em 30/04/2017.

⁹ O fato da Sociologia estar incluída como disciplina obrigatória no ensino médio pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não resolve o problema da presença efetiva. Se, até então, o currículo do ensino médio é organizado por disciplinas, é preciso que a Sociologia siga dessa forma para poder ter espaço garantido. Não está claro como poderá se constituir a oferta por meio de “estudos e práticas”.

¹⁰ A referida lei garantiu a presença obrigatória da sociologia no ensino médio em todo o país.

¹¹ Consideram-se aqui e em toda a proposta de trabalho cursos de Ciências Sociais somente aqueles cuja grade curricular contenha conteúdos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. No Brasil, essas áreas reunidas formaram o que se convencionou chamar de Ciências Sociais.

¹² A Escola Superior de Propaganda e Marketing oferta tradicionalmente formações ligadas às sociais aplicadas, como Jornalismo, Marketing, Publicidade e Propaganda, Design e Relações Internacionais. A universidade possui campus em diferentes cidades e o curso Ciências Sociais e do Consumo é oferecido na cidade de São Paulo.

¹³ A trajetória profissional, a mais enfraquecida das três áreas de atuação das Ciências Sociais, como o texto irá exemplificar, tenta pautar diversas propostas de alargamento das oportunidades profissionais para bacharéis formados. Mesmo que o livro, lançado em 2015, não venha a ter grande alcance dentro de toda a comunidade das Ciências Sociais, trata-se da (re)organização de atores dessa trajetória. Dentre esses atores, Lejeune Mirhan é uma importante voz. Ele teve participação entre 1992 e 2007 no Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (SINSESP), principal braço da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), assim como já presidiu também a própria Federação em duas gestões: 1996-1999 e 1999-2002.

¹⁴ As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de 2002 determinam que a organização institucional da formação dos professores deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria.

¹⁵ Sobre REUNI, ver <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em 31/12/2016

Silva (PT)¹⁶ na Presidência da República que possibilita a partir de 2007, entre outras coisas, a criação de novos cursos nas universidades.

Torini (2011) destaca as mudanças nos cursos de Ciências Sociais nos anos do REUNI. Utilizando dados do Censo da Educação Superior, o autor levantou que até o começo dos anos 2000 a formação em nível de graduação em Ciências Sociais esteve concentrada praticamente em universidades públicas de capitais e grandes centros urbanos, embora estivesse bem distribuída proporcionalmente entre as regiões geográficas do Brasil. Contudo, apenas entre 2005 e 2010, foram criados 56 novos cursos superiores nessa área – um crescimento de 120% - e o número de matriculados chegou a dezessete mil.

Os dados de 2011 apontavam 119 cursos de graduação nas esferas pública e privada, 110 presenciais e 9 à distância¹⁷, dos quais 70 são credenciados em instituições de ensino superior públicas (46 federais, 21 estaduais e 3 municipais) e 49 em instituições privadas (7 confessionais/filantrópicas e 42 particulares)¹⁸.

D'alécio (2016, p. 31-32), coletou dados mais recentes do MEC, de janeiro de 2015, indica a existência de 122 instituições que oferecem o curso de Ciências Sociais no Brasil, 70 instituições públicas e 52 instituições privadas. A autora afirma, ainda, que dos 331 cursos existentes, 221 oferecem somente a licenciatura, 57 apenas o bacharelado e 41 oferecem a entrada concomitante para licenciatura e bacharelado¹⁹.

Um ponto importante que contribui para a análise das ciências sociais no Brasil é a observação da oferta de cursos de licenciatura superando a oferta de cursos de bacharelado. Outro ponto, é que a oferta privada do curso superou a oferta pública. Ambos os dados são atuais e apontam para uma possível tendência do curso de Ciências Sociais no Brasil.

Apesar da dificuldade estatística que comprove o número de concluintes desde o início dos cursos de Ciências Sociais no Brasil²⁰, Bonelli (1993) especula que existiam aproximadamente 40 mil profissionais formados²¹ em Ciências Sociais entre 1930 e 1990. Torini (2011), através de dados do Censo da Educação Superior, descobriu que 17 mil

¹⁶ O segundo mandato de Lula vai de 2007 a 2010.

¹⁷ Embora sejam apenas 9 cursos a distância, oferecem 4.400 vagas por ano na graduação, 25% do total.

¹⁸ Esses dados contrastam com os números de 2002, quando apenas 25% dos cursos de ciências sociais eram oferecidos no segmento privado. Em 2011 a participação mercantil controlava 41,2% das vagas.

¹⁹ A lista completa com os cursos está disponível em anexo no texto da dissertação da autora.

²⁰ Os primeiros foram os cursos da Escola de Sociologia e Política (ESP) de São Paulo e da USP, seguidos pelo curso da Universidade do Distrito Federal (atual UFRJ). Os três cursos surgiram na década de 1930.

²¹ A bibliografia acadêmica usa tanto o termo cientista social quanto sociólogo para nomear os formados no curso. A Federação Nacional dos Sociólogos, hoje desativada, mas com sindicatos representantes estaduais ainda atuantes, para marcar posição, usa somente o termo sociólogo em referência a Lei. 6.888 de 1980, a conhecida Lei do Sociólogo, regulamentando a profissão. Argumentam que Ciências Sociais configura uma área de saber e não uma profissão. Nessa proposta, não farei escolha por nenhum dos dois termos, utilizando ambos.

sociólogos foram formados apenas entre 2002 e 2008, estabelecendo uma diferença considerável²².

A fim de ilustrar melhor as áreas de atuação desses sociólogos formados, investiguei pesquisas acadêmicas sobre os egressos de Ciências Sociais a partir de poucos, mas significativos, trabalhos na área como Marinho (1986), Schwartzman²³ (1991), Bonelli²⁴ (1993), Miglievich-Ribeiro (1999), Villas Bôas (2003), Burgos e Britto (2005), Braga (2009), Torini (2011) e Mirhan (2015).

Schwartzman (1991)²⁵ esclarece que as razões²⁶ que levam à escolha do curso são baseadas em uma combinação de ideias abstratas sobre vocação e desenvolvimento intelectual, o prestígio da USP, a gratuidade do curso e a existência da opção noturna do curso. Entre as descobertas, somente 17% dos entrevistados comentaram que escolheram o curso para conseguir um bom emprego.

O autor sumariza que o curso de Ciências Sociais da USP desempenha funções diferentes para grupos distintos de pessoas, que podem ser agrupadas da seguinte forma: 1) pessoas para as quais o curso é uma atividade complementar a outros estudos e interesses; 2) pessoas para as quais o curso é um caminho para a atividade de pesquisa e de pós-graduação; 3) pessoas para as quais o curso é uma forma de qualificação genérica para um mercado de trabalho que requer pensamento crítico, iniciativa e capacidade de leitura e expressão escrita e verbal; 4) pessoas para as quais o curso é um momento de transição, tempo de espera de outras oportunidades e outros rumos.

Dado o resultado da pesquisa, o autor conclui que a estratégia de vivência do curso é caracterizada como uma “estratégia frouxa” (sic)²⁷. Afirma que cursos onde a competição por uma vaga nos processos seletivos é maior e onde os objetivos profissionais são mais definidos, as estratégias são diferentes.

²² Para esse trabalho, não temos dados de quantos sociólogos formados há entre os anos 2008 e 2016. Compreendemos que a expansão dos cursos de Ciências Sociais com o REUNI, principalmente, foi um importante marco e possivelmente acelerou o ritmo de formação de cientistas sociais.

²³ Simon Schwartzman presidiu a Sociedade Brasileira de Sociologia nos anos 1990 e 1991.

²⁴ Desde 2003, a professora Maria da Glória Bonelli ocupou praticamente em todos os anos a presidência do GT Ocupações e Profissões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

²⁵ O pesquisador entrevistou 414 pessoas entre ingressantes do ano de 1991 e formados entre 1980 e 1991 do curso de Ciências Sociais da USP por meio de um formulário em que os entrevistados poderiam marcar mais de uma opção.

²⁶ Por ordem de apontamento, as respostas foram as seguintes: 70%, a maior parte dos que escolheram o curso, afirmaram que “para aumentar minha cultura geral, me desenvolver intelectualmente”; 45% disseram que é sua área de maior interesse e indicam vocação; 23% já tinham curso superior e queriam complementar a formação (desses, a maioria está no curso noturno); 22% disseram que era o curso que mais se aproximava do que ele queria.

²⁷ Schwartzman (1991) identifica, a seu ver, o que seriam problemas na formação em ciências sociais. O autor fica impressionado quando, ao perguntar qual o critério de seleção das disciplinas eletivas cursadas, 74,8% dos respondentes citam gosto pessoal, contra 12,9% que citam chances de emprego ou de continuar os estudos na Pós-Graduação, e 0,4% que escolhem disciplinas pensando na profissão.

Burgos e Britto (2005) e Villas Bôas (2003) apresentam dados importantes produzidos sobre os egressos do curso de Ciências Sociais das instituições PUC-Rio e UFRJ, respectivamente, e também contribuem na análise da trajetória de estudantes dos cursos. Em comum entre as duas pesquisas, ambos os artigos defendem que a participação de graduandos na iniciação científica contribui na permanência do estudante na universidade, bem como é uma importante política de combate à evasão²⁸. Glauca Villas Bôas (2003) estudou a relação entre a diminuição do abandono e a sua experiência no Programa de Iniciação Científica do Laboratório de Pesquisa Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse laboratório instituiu como política a integração dos alunos em grupos de pesquisa. O resultado foi uma diminuição notável da evasão chegando à apenas 2% de abandono entre os integrantes desse Laboratório. A autora registra que os egressos, em sua maioria, encontram-se desempenhando atividades profissionais na área de atuação das ciências sociais. Os dois artigos apresentam casos em que há relação entre a pesquisa acadêmica realizada na graduação e as atividades profissionais dos egressos dentro ou próxima das ciências sociais.

Três áreas de atuação em disputa nas Ciências Sociais

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), importante marco regulatório no país, cujas atividades do sociólogo e do cientista político²⁹ estão discriminadas no item 2511, faz um retrato das possibilidades de atuação deste profissional. Descreve que trabalham predominantemente em órgãos da administração pública, em departamentos de pesquisas das esferas pública e privada, como estatutários ou com carteira assinada, muitas vezes em equipes interdisciplinares. Dentre as sete atividades citadas estão: realizar estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; gerir patrimônio histórico e cultural; realizar pesquisa de mercado; participar da elaboração e implementação de políticas e programas públicos; organizar informações sociais, culturais e políticas; elaborar documentos técnico-científicos; demonstrar competências pessoais.

Contudo, apesar das possibilidades profissionais, as reais condições de encaixe no mercado de trabalho apresentam-se mais complexas e contraditórias. Um importante levantamento feito por Mirhan (2015) sobre a atuação dos sociólogos no mercado afirma que

²⁸ A pesquisa de Burgos e Brito (2005) entrevistou 100 alunos egressos da PUC-Rio entre 1992 e 2004. Desses, 76% realizaram atividades de pesquisa durante a graduação.

²⁹ Todas as pesquisas da bibliografia levantada sobre a profissionalização pensaram na ocupação dos sociólogos. Ao relatar as atividades do cientista político, nesse único momento durante o livro, Mirhan (2015) faz uma exceção. E, ainda assim, não inclui as atribuições do antropólogo. Para esse trabalho, não foram observadas as especificidades da ocupação profissional de antropólogos e cientistas políticos, profissões não regularizadas. Aponto a dificuldade de encontrar dados de pesquisas sobre esses temas no campo de pesquisa da Sociologia das Profissões.

existem hoje 18 áreas de trabalho ocupadas por sociólogos e divididas em três categorias³⁰: 1) mercado bem aquecido³¹; 2) áreas não-exclusivas - mercado relativamente aquecido; 3) áreas de trabalho em disputa com outras profissões - mercado pouco aquecido e pouco desenvolvido. No primeiro grupo estão a docência; a pesquisa; a pesquisa de opinião e de mercado; e o assessoramento sindical. No segundo grupo estão o meio ambiente; o planejamento; a reforma agrária; o marketing político; e o lazer, recreação e turismo. E, por último, estão as áreas de relações internacionais; saúde; jurídica e carcerária; legislativo; recursos humanos; editoração; comunicação; cultura; e assistência social.

Mirhan (2015) narra as treze bandeiras eleitas por sociólogos sindicalistas do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (SINDSESP) para alargar o mercado de trabalho dos sociólogos no Brasil, sugerindo uma reforma curricular dos cursos de Ciências Sociais como questão prioritária. As outras doze são: criação do Conselho Federal dos Sociólogos; fortalecimento dos sindicatos e da Federação Nacional; difusão do Código de Ética; Sociologia no Ensino Médio³²; campanha pela valorização profissional; Sociologia nos vestibulares e no ENEM³³; criação de estágio profissionalizante; criação da carreira do sociólogo; criação do Dia do Sociólogo; Prêmio Nobel de Sociologia; cadeira de Sociologia em todos os cursos de ensino superior³⁴; criação da Associação Nacional dos Cursos em Ciências Sociais (ANGRACS).

Nesse avanço das proposições de pautas de sociólogos em outras atuações trajetória profissional frente, principalmente, à acadêmica, mas também à escolar, é importante justificar a recente reconfiguração e fortalecimento da área de atuação ligada às escolas. Essas mudanças se deram mediante a aprovação da obrigatoriedade da sociologia como disciplina obrigatória do ensino médio em 2008; o aumento no número de cursos de licenciatura, como já citado por Torini (2011); o surgimento de cursos de formação continuada para os profissionais que atuavam na educação básica³⁵, refletindo também em aumento de eventos

³⁰ Há um apontamento das áreas de atuação, mas não há dados sobre a quantidade de sociólogos atuando em cada uma delas.

³¹ Embora descritas como atividades de mercado aquecido, o autor não as qualificou como áreas de atividade exclusiva.

³² Mirhan (2015) aponta desde já a necessidade de um currículo mínimo nacional, apesar de não justificar a proposta.

³³ Algumas dessas propostas são claramente incursões da área de atuação profissional na trajetória escolar e/ou acadêmica.

³⁴ Sugere que essa lei pode ser aprovada a partir do binômio aumento da carga horária de humanidades/contribuição para a formação cidadã. Importante dizer que essa estratégia obteve sucesso do ponto de vista de convencimento dos deputados da necessidade de uma formação ética com viés democrático na tramitação dos dois projetos de lei no Congresso dos Deputados que propuseram a inclusão obrigatória no ensino médio, conforme pesquisei em minha dissertação Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2014).

³⁵ Exemplos são os Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia (UFRJ) e o Curso de Especialização em Sociologia e História (UFF). A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) abriu em 2015 o primeiro curso de

científicos – como congressos/simpósios/encontros de comunidades científicas³⁶ acerca da sociologia no ensino médio; ou a criação da e fortalecimento da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais em 2013; o aumento de produções de monografias de especialização, dissertações e teses³⁷; e periódicos específicos³⁸.

A partir da obrigatoriedade do ensino de sociologia, muitos Estados organizaram concursos e contrataram profissionais para regência de classe, tal qual muitas escolas particulares, pela força da lei, viram-se obrigadas a recrutar os egressos de ciências sociais, abrindo uma nova fronteira de atuação profissional e fortalecendo de forma contundente a área de atuação escolar, que a partir de então apresenta novas demandas³⁹.

Nesse avanço das proposições de pautas de sociólogos em outras atuações frente, principalmente, à pesquisa, mas também ao ensino escolar, é importante justificar a recente reconfiguração e fortalecimento do que chamamos de área do ensino escolar. Essas mudanças se deram mediante a aprovação da Sociologia no ensino médio em 2008; o aumento no número de cursos de licenciatura, como já citado por Torini (2011); o surgimento de cursos de formação continuada para professores da Educação Básica⁴⁰; o aumento de congressos de comunidades científicas⁴¹ acerca da sociologia no ensino médio; a criação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) em 2013; o aumento de produções de monografias de especialização, dissertações e teses⁴²; e periódicos específicos⁴³.

Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio. A área da Sociologia também se organiza para criar o mestrado profissional em rede.

³⁶ O GT Sociologia no Ensino Médio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) existe desde 2005. Há o Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), desde 2009. Há também alguns encontros estaduais, entre os quais o Encontro Estadual do Ensino de Sociologia (ENSOC), que acontece no Rio de Janeiro.

³⁷ A produção acadêmica sobre o tema não parou mesmo com o longo período da Sociologia longe do ensino médio. E, com o retorno, houve um aumento considerável de trabalhos inscritos. Sobre o tema, ver Handfas, Anita; Maiçara, Julia Polessa. O estado da arte na produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB, São Paulo, n. 74, 2.º semestre de 2012.

³⁸ Atualmente, periódicos das áreas da Educação e também da Sociologia fazem dossiês temáticos sobre o tema. O periódico eletrônico *Café com Sociologia* é uma referência para a subárea Sociologia no ensino médio: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista>.

³⁹ Na greve estadual da educação do Rio de Janeiro em 2016, por exemplo, os profissionais de sociologia conquistaram o aumento da carga horária nas escolas para dois tempos em todos os anos, confirmando o fortalecimento desta área de atuação. A reportagem do dia 11/05/2016 do Blog *Café com Sociologia* comenta e traz disponível também o link do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Está disponível em: <http://cafecomsociologia.com/2016/05/conquista-agora-sociologia-e-filosofia.html>. Acesso em 07/07/2017.

⁴⁰ Exemplos são os Cursos de Especialização em Ensino de Sociologia (UFRJ) e o Curso de Especialização em Sociologia e História (UFF). A Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) abriu em 2015 o primeiro curso de Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio. A área da Sociologia também se organiza para criar o mestrado profissional em rede.

⁴¹ O GT Sociologia no Ensino Médio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) existe desde 2005. Há o Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), desde 2009. Há também alguns encontros estaduais, entre os quais o Encontro Estadual do Ensino de Sociologia (ENSOC), que acontece no Rio de Janeiro.

⁴² A produção acadêmica sobre o tema não parou mesmo com o longo período da Sociologia longe do ensino médio. E, com o retorno, houve um aumento considerável de trabalhos inscritos. Sobre o tema, ver Handfas,

Contribuindo de maneira muito grande na discussão da supremacia da pesquisa sobre as outras duas estão Marinho (1986) e Bonelli (1993). Ambos apontam a absoluta falta de dados no Brasil sobre a trajetória profissional de egressos dos cursos de Ciências Sociais no Brasil. Bonelli (1993) utiliza dados da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) do período entre 1970-1990, únicos dados a disposição, para pensar nessas trajetórias profissionais⁴⁴. Em comum entre essas diversas atividades, conclui que o espaço de atuação para as ciências sociais no mercado de trabalho está intimamente conectado ao Estado.

Os números da autora são contundentes: somente 4,5% dos egressos formados em Ciências Sociais atuam como professores universitários, constatando que o modelo de formação e o currículo possuem forte referência na reprodução dos quadros docentes superiores, mesmo que não haja uma demanda real. Afirma que os intelectuais estão submetidos à lógica do ethos universitário, pautado pela liberdade, pelo conhecimento especializado, e pela autonomia, que está na capacidade de formular e de monopolizar conhecimentos⁴⁵.

Bonelli (1993, p.104) cita que a expansão do ensino superior em ciências sociais nos anos 1970 conteve parte das perdas na competição com outras profissões, simultaneamente a um momento de forte consolidação da Pós-Graduação em Ciências Sociais⁴⁶ no país. A autora afirma que foi no meio acadêmico que as ciências sociais conseguiram preservar a área de atuação intacta, mantendo o domínio do mercado e o monopólio do conhecimento. O que gerou a impressão, que permanece, de que a profissão é voltada para a reprodução de seu corpo docente e assegura à trajetória científica maior prestígio e controle sobre o currículo e a formação.

Anita; Maiçara, Julia Polessa. O estado da arte na produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB, São Paulo, n. 74, 2.º semestre de 2012.

⁴³ Atualmente, periódicos das áreas da Educação e também da Sociologia fazem dossiês temáticos sobre o tema. O periódico eletrônico *Café com Sociologia* é uma referência para a subárea Sociologia no ensino médio: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista>.

⁴⁴ A autora distribui os sociólogos pesquisados em 36 subgrupos, dentre ramos e classes de atividade que constam na CBO e indica um índice de desemprego de aproximadamente 20% entre os formandos.

⁴⁵ Bonelli (1993) fala também da lógica das profissões e afirma que as duas profissões mais fortes do sistema profissional são Medicina e Direito e que elas permanecem nessa posição através de, principalmente, três características: monopólio do conhecimento, controle do credenciamento para o exercício profissional, e proteção jurisdicional de seu mercado. As mais fortes possuem um controle sobre o mercado e as mais fracas são controladas por ele. Esta posição é partilhada também por Mirhan (2015).

⁴⁶ A obra *História das Ciências Sociais no Brasil*, organizada por Sérgio Miceli descreve com precisão o percurso da consolidação da Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil. Descreve, entre outras coisas, as contradições entre a ditadura militar que, por um lado, rondou as Ciências Sociais e Ciências Humanas em geral com seu aparelho repressor, e, por outro, nos anos 1970, financiou com grandes volumes de verba a abertura e a expansão de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais com clara distorção nesse volume a favor das Ciências Sociais em comparação com quase todas as áreas de Pós-Graduação no país. Ver MICELI, Sergio. (org.). (1989), *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2 São Paulo, Editora FAPESP.

E expõe uma imagem da trajetória científica sobre si mesma que ela afirma não ser real:

Argumentar que as ciências sociais não podem ser entendidas como uma profissão, ou que suas características intelectuais as diferenciam de outras atividades é, de fato, a imposição de uma harmonia inexistente, por meio do não enfrentamento analítico do conflito e da competição operantes no mundo do trabalho profissional. Intencionalmente ou não, o conhecimento acumulado mediante essas abordagens pode servir de escudo protetor para a imagem que gostamos de ter do nosso trabalho profissional. (BONELLI, 1993, p. 5)

Marinho (1986) afirma que há duas grandes dificuldades sobre a profissionalização do sociólogo. Uma delas são as grandes diferenças entre os dois grupos que compõem a Sociologia hoje: os sociólogos acadêmicos e os sociólogos não-acadêmicos. Outra dificuldade está em regulamentar a profissão do sociólogo. Para Marinho (1986), a lei nº 6.888/1980⁴⁷ foi um erro devido à dificuldade de estabelecer limites profissionais para os sociólogos em atuação não acadêmica. O grupo da atuação dentro da Sociologia acadêmica, mais forte, não deseja submeter-se às rotinas, programações de órgãos burocráticos ou regulamentação profissional. Mesmo consideradas as rotinas dos órgãos de fomento, deseja que sua atividade de cientista possua a maior liberdade possível. Já para o grupo de atuação da Sociologia não-acadêmica, que busca para si a alcunha da atuação profissional, a regulamentação é muito importante porque é uma tentativa de monopolização de prestação de um serviço dentro da burocracia estatal, de forma que se garanta a contratação específica de sociólogos. O autor afirma que foi através da via acadêmica que a Sociologia obteve seu melhor status profissional, de forma que os sociólogos não-acadêmicos estão distantes desse status e possuem seu prestígio como sociólogos prejudicados. Também por esse motivo, a regulamentação da profissão interessa, pois contribui para a afirmação de outra identidade.

Miglievich-Ribeiro (1999, p.180) aborda as pressões sobre o Estado, instituição que é chave no reconhecimento ou fortalecimento de trajetórias⁴⁸, na “queda de braço” sobre consolidação de legitimidade e espaço de atuação:

É sabido que o monopólio e direito de autogoverno por parte de uma profissão são conquistados por força do licenciamento concedido pelo Estado. É, em suma, o poder de Estado que garante às profissões o exclusivo direito de arbitrar sobre sua especialidade. Em outros termos, é este que cria os critérios de fornecimento de diplomas, autoriza as associações profissionais e regulamenta o exercício da profissão.

⁴⁷ O texto completo da lei está disponível através do link: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6888-10-dezembro-1980-365941-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 31/12/2016.

⁴⁸ Lembremos que foi o Estado o responsável pelo fortalecimento da trajetória escolar ao aprovar a Sociologia como disciplina obrigatória no ensino médio.

Braga (2009) contribui com informações sobre cientistas sociais que atuam fora da academia, chamada por ele como sociologia extra-universitária⁴⁹, pesquisando o trabalho dos cientistas sociais extra-universitários no mercado de pesquisa e trazendo importante contribuição sobre as tensões entre os sociólogos acadêmicos e os sociólogos profissionais. Das empresas pesquisadas⁵⁰, quase 10% dos profissionais são cientistas sociais⁵¹.

Braga (2009, p.159) relata o constrangimento de uma entrevistada com a Academia, porque os acadêmicos disseram que o que ela faz não é pesquisa científica. E que seus colegas da área de pesquisa de mercado estavam envergonhados por estarem trabalhando para o mercado ao invés de na área pública, preferencialmente, na própria Academia. Outra passagem contada por entrevistada formada em 92 pela USP foi:

Tem um professor, que é super conhecido, ele me perguntou: “E aí, o que você está fazendo?” Aí eu falei que estava trabalhando com pesquisa de mercado. Ele falou: “Ah, você se rendeu, né? Pelo menos está ganhando dinheiro”. Então existe um preconceito, que às vezes acha que você está traindo, como “ah, você esqueceu tudo o que você aprendeu”. (BRAGA, 2009, 160)

Braga (2009) conclui que possuir um diploma de ciências sociais não é suficiente para a constituição de um grupo homogêneo e que, na área das Ciências Sociais, a exceção é a regra. Assim, a conquista do prestígio dentro das Ciências Sociais exige a proximidade da comunidade que produz o conhecimento, a Academia. Ele utiliza como referência a pesquisa de Bonelli (1993), que afirma que somente 4,5% dos formados vão trabalhar na sociologia acadêmica, e todos os outros 95,5% são desviantes do modelo. Isso em um curso onde a evasão costuma ser maior que 50%, como afirma Schwartzam (1991).⁵² Na prática, o meio acadêmico não se sente ameaçado por sociólogos atuando extra-universidade. Os sociólogos acadêmicos dominam majoritariamente como representantes principais dos sociólogos. O meio acadêmico compete somente entre si.

Durand (1984) afirma que a atividade de sociólogos extra-universidade, incluindo também os professores secundários e os postos no aparelho do Estado, não possuem a mesma legitimidade, remuneração, horizontes de carreira e de participação nas entidades da categoria que os professores universitários. Essa distância aumenta pelo fato de que os demais profissionais estão presentes apenas marginalmente nos espaços de representação acadêmica,

⁴⁹Braga e Durand falam em extra-universitário. Miglievich-Ribeiro fala em não-universitária. Marinho fala em não-acadêmico. Essa proposta não faz distinção entre termos. O mais importante é o sentido expresso, que é o mesmo.

⁵⁰ Atuando no ramo da pesquisa de mercado, estão empresas de pesquisa de tamanhos variados, que contratam por meio de carteira de trabalho assim como *free-lancers* e que possuem como principal atividade a pesquisa de mercado. Há pouca demanda sobre pesquisa política, social e de audiência.

⁵¹ Os sociólogos são a quarta maior categoria de nível superior em números absolutos nessas empresas, perdendo apenas para administradores, profissionais da propaganda e marketing e da comunicação.

⁵² Infelizmente, não encontramos dados mais atualizados sobre o tema.

como congressos ou palestras para os alunos de graduação, o que faz com que o único contato com os alunos ingressantes do curso seja com a categoria docente.

Migliovich-Ribeiro (1999) ilustra que o sociólogo na atuação não-acadêmica está mais vinculado ao local real das decisões políticas e das ações de intervenção na realidade, que são muito importantes também, porém desprestigiadas ou secundarizadas pela trajetória hegemônica. A crítica acadêmica a esses profissionais se dá no sentido de um serviço direcionado a um cliente específico e também a questão do pouco tempo para o manejo dos referenciais teóricos e de coleta e análise de dados. O tempo, segundo a autora, é o principal inimigo do técnico social ou do intelectual-técnico, como ela qualifica os sociólogos em atuação na não-academia.

A autora (op. cit) esclarece inclusive que competências bem vistas pela área de atuação acadêmica podem ser mal vistas pela trajetória profissional e vice-versa. Por exemplo, um sociólogo com muitos artigos escritos e ampla participação em congressos acadêmicos pode ser rejeitado em uma entrevista de emprego por ser “muito acadêmico”. Assim como sociólogos atuando em outras frentes de trabalho sofram desconfianças da Academia quanto à “cientificidade” de suas atividades. A autora chega inclusive a indicar alguns casos de dupla inserção nas áreas de atuação acadêmica e profissional, que são pouquíssimos e só confirmam que essa é uma inserção incomum na área das Ciências Sociais.

Uma possível saída para as tensões entre as trajetórias, além das mudanças curriculares, é o aumento das parcerias entre as universidades e outras instituições, o que pode ser auxiliado pelo estágio profissional⁵³ em Ciências Sociais. Uma hipótese é que uma alteração atual no quadro de profissionalização e empregabilidade⁵⁴ virá de mudanças no currículo de Ciências Sociais, ainda que o apontamento sobre quais são essas mudanças e quais agentes irão participar dessa decisão estarem em aberto.

As disputas pelo currículo de Ciências Sociais

Mirhan (2015, 60-64) propõe mudanças aos atuais currículos de bacharelado em Ciências Sociais. Schwartzman (1991), Bonelli (1993), Migliovich-Ribeiro (1999), Braga (2009) e Mirhan (2015) estabelecem consenso sobre o perfil curricular atual possuir ou

⁵³ A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) provocou o Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre o estágio curricular na formação do cientista social. O CNE, através do Parecer CNE/CES nº 224/2004, comunicou que o estágio é obrigatório para a Licenciatura e é facultativo ao Bacharelado.

⁵⁴ Importante também esclarecer dois conceitos que serão explorados nessa proposta de pesquisa: profissionalização e empregabilidade. O termo profissão pressupõe a existência de um título superior. Logo, profissionalização visa apreender a maneira como os sociólogos vêm desempenhando seu trabalho no sistema profissional e os espaços que vêm ocupando. O termo empregabilidade diz respeito a encontrar vagas no mercado de trabalho.

favorecer a vocação e a formação de pesquisadores eminentemente teóricos. Entretanto, apenas Schwartzman (1991) e Mirhan (2015) propõem mudanças curriculares.

Nesta discussão, Mirhan (2015, p.61) provoca o debate ao afirmar que “os cursos das escolas particulares são mais rápidos, práticos, objetivos, e seus currículos mais adaptados ao mercado de trabalho”. E, propõe mudanças nos currículos dos cursos de Ciências Sociais⁵⁵ de modo a manter a organização em disciplinas obrigatórias, eletivas e livres, inserindo 13 disciplinas profissionalizantes⁵⁶ dentre as disciplinas obrigatórias, prioritariamente, ou dentre as disciplinas eletivas, desde que haja a garantia de que elas serão oferecidas⁵⁷.

Importante abordar também o Projeto de Lei que criaria o Conselho Federal de Sociólogos⁵⁸. O texto apresenta forte viés corporativista e propõe o funcionamento administrativo de um futuro Conselho Federal. Neste, no capítulo II – Dos Órgãos de Fiscalização Profissional, no Art 18, sobre o que compete ao Conselho Federal dos Sociólogos, o inciso IV e o inciso XXV demonstram claramente a pretensão de participação nas decisões sobre a formação do sociólogo em nível de bacharelado:

Art. 18 – Compete ao Conselho Federal de Sociólogos:

IV – atuar em consonância com as escolas de formação de sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, etnólogos e demógrafos e bacharéis em Ciências Sociais em geral, no sentido do estabelecimento de currículos apropriados nos cursos de graduação e pós-graduação em todos os níveis, para a formação de profissionais aptos ao exercício profissional;

XXV – fiscalizar a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em todas as áreas das Ciências Sociais abrangidos na presente Lei;

Os sociólogos em outras atuações estão claramente mais interessados em mudanças nos currículos de bacharelado em Ciências Sociais. Entretanto, há interesses também na formação do licenciado. Um dos entrevistados por Mirhan (2015), Augusto Petta, presidiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), importante apoio à Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), e afirmou que “a luta pela implantação da Sociologia e da Filosofia no Brasil é parte do processo de formação da

⁵⁵ Mirhan propõe redução de carga horária das disciplinas de Antropologia e Ciência Política. Dada a constituições das Ciências Sociais no Brasil, nessas três áreas, dificilmente as áreas de Antropologia e Ciência Política toparão perder espaço no currículo. Corre-se o risco, inclusive, que a proposta sindical de mudança de currículo não seja vista como séria.

⁵⁶ São elas: 1) Sociologia Rural; 2) Sociologia Urbana; 3) Sociologia Ambiental; 4) Sociologia do Trabalho; 5) Sociologia da Educação; 6) Sociologia do Direito; 7) Sociologia da Saúde; 8) Sociologia de Gênero; 9) Políticas Públicas e Planejamento; 10) Política e Relações Internacionais; 11) Relações Humanas no Trabalho; 12) Pesquisa de Opinião Pública e de Mercado; 13) Ética Profissional e Legislação.

⁵⁷ Para a escrita deste artigo, não houve uma ampla pesquisa sobre os currículos dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais no país. Algumas dessas disciplinas já são oferecidas e outras ele propõe a criação. Cabe pensar em qual será a bibliografia e o sentido das disciplinas Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação, por exemplo, que já existem e que são comumente oferecidas.

⁵⁸ Mirhan (2015) afirma que poucas profissões ainda não possuem Conselho Profissional no país e, dentre elas, boa parte estão dentro da área das Ciências Humanas como História, Pedagogia – incluindo a docência na educação básica, Jornalismo e Ciências Sociais.

consciência de classe dos trabalhadores” (MIRHAN, 2015, p. 169). A expressão demonstra expectativas do grupo de sociólogos em outras atuações sobre a Sociologia enquanto disciplina escolar, em que pese a reorganização e o aumento gradativo de importância da área de ensino escolar e de sua autonomia.

Miglievich-Ribeiro (1999) afirma que o mercado de trabalho não-acadêmico já vem convocando quadros que, caso seja do desejo da comunidade acadêmica das Ciências Sociais, poderiam ser preenchidos por egressos dos cursos de bacharelado.

No meio de todos esses problemas de inserção profissional e de desemprego, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), importante instituição de ensino superior privado do mercado educacional paulista, que tem tradição de formação de profissionais ligados ao universo do marketing e da propaganda, fez uma proposta diferente de curso. Mais que uma disputa de legitimidade e espaço entre as áreas de atuação, é uma proposta concreta de currículo e de trabalho. Ao propor esse curso, ratifica a necessidade de formação de profissionais e que há fronteiras de empregabilidade ainda não tão exploradas no mercado de trabalho para cientistas sociais.

Como já dito por Braga (2014), os cientistas sociais são a quarta maior categoria convocada para trabalhar no mercado de pesquisa. Os publicitários são a segunda, só perdendo para os administradores. Essas categorias profissionais estão em disputa na ocupação dessas vagas. Do ponto de vista da Sociologia das Profissões, da competição interprofissional, é uma contradição a área de Propaganda e Marketing, que disputa mercado com os sociólogos, começar a formar sociólogos para ocupar essas vagas. O que explica que formadores de profissionais que disputam vagas na pesquisa de mercado queiram formar sociólogos? Para que isso aconteça, para onde esse currículo se orientou? O que ficou das Ciências Sociais nesse currículo e o que ficou do consumo?

No site do curso, não foi encontrada a grade curricular. Há um vídeo explicativo que conta da necessidade de um profissional que saiba olhar o ser humano através de cada consumidor, o ser que também consome⁵⁹. A ESPM explica que lançou o curso para profissionais atuarem nesse novo mercado. Afirmam que a grade curricular manterá disciplinas da Antropologia, Sociologia e Ciência Política, que juntas, no Brasil, formam a área das Ciências Sociais. E que o aluno irá cursar também as disciplinas ditas profissionalizantes pensadas para preencher as lacunas do mercado. Esse novo profissional deverá entender de pesquisa, consumo, inovação, negócios, gestão e empreendedorismo, apresentados nessa ordem. Demonstra que durante o curso, com o auxílio dos professores e

⁵⁹ O vídeo institucional está disponível através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=oUj56iwi3w4>. Acesso em 31/12/2016.

dos profissionais do mercado, o estudante irá escolher qual das três trilhas deseja seguir: investigação do comportamento; negócios de impacto social; educação e cultura. O formado poderá atuar em empresas, institutos de pesquisa, nas ONGs; no governo; como *consumer insights*⁶⁰; *cool hunters*⁶¹; e negócios de impacto social. O resultado anunciado é um profissional que compreende pessoas, sociedade e mercado, dito pela propaganda como um profissional dos novos tempos.

Considerações Finais

Ao investigar as tensões entre as três áreas de atuação – pesquisa, ensino e outras atuações - e as pressões sobre os currículos no curso de ciências sociais podemos perceber as críticas e as propostas que surgem na trajetória profissional quanto às possibilidades de alargamento de oportunidades profissionais que seriam, segundo seus propositores, negligenciadas pela pesquisa. É necessário verificar se as propostas de mudanças curriculares apresentadas, fruto da disputa entre as áreas de atuação, serão capazes de redefinir o caráter e a natureza da formação, ao propor o sociólogo como um profissional liberal, se serão capazes de ter a força necessária para alterar o quadro que lhe é desfavorável. Ainda que esse debate não ganhe amplitude dentro de toda a comunidade de cientistas sociais, trata-se de (re)organização importante de atores interessados no debate da empregabilidade.

Há relativamente pequeno número de pesquisas sobre empregabilidade em Ciências Sociais e há também relativamente pequeno número de pesquisas sobre a evasão do curso. O acesso, a permanência e a empregabilidade nas Ciências Sociais são temas de grande importância e que carecem de maior atenção e de maior número de estudos.

A área de atuação da pesquisa tem anos de vantagem em relação ao ensino escolar e a sociólogos em outras atuações, porém é preciso olhar para as movimentações que vem acontecendo entre estas trajetórias.

Referências Bibliográficas

BURGOS, Marcelo; BRITO, Djane Bouças de Carvalho. Os egressos do curso de Ciências Sociais da PUC-Rio. *Cadernos de Sociologia Política e Cultura*. n 5, 2005. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cis/pdf/egressos.pdf>> . Acesso em: 30/04/2017.

⁶⁰ O site BlogDesignMarca classifica o *consumer insight* como a ponte que une aquilo que o consumidor final deseja e aquilo que a marca apresenta para ele. Acesso em 31/12/2016. Link: <http://blogdesignmarca.com/voce-sabe-o-que-e-consumer-insight-entenda-sua-importancia-no-desenvolvimento-de-assinaturas-em-design-de-embalagens/>

⁶¹ O site de busca de empregos www.catho.com.br classifica o *cool hunter* como um profissional de tendências e inovação. Acesso em 31/12/2016.

BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. Cientistas Sociais extra-universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.26, p.141-167, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/1322/1057>> Acesso em: 30/04/2017.

BONELLI, Maria da Gloria. *Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões*. Tese de doutoramento. Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *Atos de Pesquisa em Ciências Sociais*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104.

BRASIL. *Lei nº 13.415/2017*. Institui a reforma do ensino médio. Modifica a LDB, o FUNDEB, e institui a educação de tempo integral. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaNormas.action?tipo_norma=LEI&numero=013415&data=2017&SUBMIT1=Pesquisar> . Acesso em: 30/04/2017.

BRASIL. *Lei nº 11.684/2008*. Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm> . Acesso em: 30/04/2017.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746/2016*. Institui a reforma do ensino médio. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm> . Acesso em: 31/12/2016.

BRASIL. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras*. REUNI. 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>> . Acesso em: 31/12/2016.

BRASIL. *Lei nº 6.888/1980*. Reconhece a profissão de sociólogo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6888-10-dezembro-1980-365941-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 31/12/2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CNE/CES nº 224/2004*. Dispõe sobre a obrigatoriedade do estágio curricular para os cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces224_04.pdf> . Acesso em: 30/04/2017.

D'ALÉCIO, Gabrielle Cotrim. *Análise dos desenhos curriculares de cursos superiores de formação de professores em Ciências Sociais*. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

DURAND, José Carlos. A mal-assumida profissão de sociólogo. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 24, n.3, p. 76-78, 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901984000300012&script=sci_arttext> . Acesso em: 30/04/2017.

HANDEFAS, Anita; MAIÇARA, Julia Polessa. *O estado da arte na produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica*. BIB, São Paulo, n. 74, 2.º semestre de 2012.

MARINHO, Marcelo Jacques Martins da Cunha. A profissionalização da Sociologia no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 1987, p. 223- 233

MICELI, Sergio. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 2. São Paulo, Editora FAPESP, 1989.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. A sociologia quando sai da Universidade: ilustrações para um debate. *Cadernos CERU (USP)*, v. 10, p. 23-30, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75066>> . Acesso em: 30/04/2017.

MIRHAN, Lejeune. *O mercado de trabalho e a profissionalização do sociólogo*– 1 ed. – São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Mauricio Grabois, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. Os estudantes de Ciências Sociais. In: PESSANHA, Elina G. da Fonte & VILLAS BOAS, Gláucia (org.). *Ciências Sociais: Ensino e Pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: Jornada Cultural, 1995.

_____. A sociologia como profissão pública no Brasil. *Cadernos CRH*, v. 22, n. 56, p. 271-279, Maio/Ago, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n56/v22n56a05.pdf>> . Acesso em: 30/04/2017.

TORINI, Danilo Martins. *Formação e Identidade Profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VILLAS BÔAS, Gláucia K. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. *Revista Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v.15, n.1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100003>. Acesso em: 30/04/2017.

Recebido em: 08 de maio de 2017

Aceito em: 29 de junho de 2017